


SISTEMAS AGROALIMENTARES GERAIZEIROS COMO PRÁTICAS DE AGRICULTURA RESILIENTE AO CLIMA: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO TAPERA (RIACHO DOS MACHADOS-MG)

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-162>

Data de submissão: 17/02/2025

Data de publicação: 17/03/2025

Gabriel Costa Ribeiro

Bacharel em Ciências Socioambientais (UFMG); Mestre em Sociedade, Ambiente e Território (UFMG/Unimontes); Doutorando em Desenvolvimento Social (Unimontes – Bolsista CAPES); Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA/Unimontes).

E-mail: gabrielcostaribeiro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-1952-9141>

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar técnicas de recomposição da biodiversidade e de oferta de água a partir de sistemas agroalimentares tradicionais no assentamento geraizeiro da Tapera, em Riacho dos Machados-MG. Justifica-se devido ao fato de que estudos de análise espacial têm indicado grau elevado de recomposição florística de maciços de cerrado anteriormente degradados pela monocultura de eucalipto, fenômeno ocasionado, em hipótese, por experiências de resistência e produção agroextrativista. Trazendo para o atual contexto de mudanças climáticas, o estudo de caso buscará discutir como um conjunto de famílias da Tapera têm apresentado alternativas agroalimentares tradicionais por intermédio de práticas de agricultura resiliente ao clima, e quais são os desafios observados para se consolidar e perpetuar este trabalho no contexto comunitário.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas. Sistemas Ambientais Tradicionais. Cerrado.

1 INTRODUÇÃO

Transformações territoriais e sociais ocasionadas por projetos desenvolvimentistas demandam dos pesquisadores atentos às dinâmicas de regulação, uso e apropriação dos espaços e da natureza, esforços e grandes investimentos para o exercício de uma reflexão crítica sobre situações reais do nosso lugar e do nosso tempo, sobre as quais, não raro, reparações são impossíveis e onde todo tipo de violência ainda tem sido praticada e legitimada.

No Norte de Minas Gerais, a pesquisa sistemática dos chamados *conflitos ambientais territoriais*¹ junto a comunidades tradicionais ganhou força em alguns núcleos de pesquisa nos últimos anos. É importante destacar a conexão em comum entre estes grupos: a busca por diálogos construtivos com os seus interlocutores de pesquisa, favorecendo a criação coletiva de estratégias de atuação e redes de defesa da cidadania.

Destacam-se as atividades de pesquisa e extensão realizadas por núcleos como o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA-Unimontes), o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Comunidades Tradicionais no Rio São Francisco (Opará Mutum-Unimontes), o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-Unimontes), o Grupo de Pesquisa para uma Educação Decolonial PluriEtnoPopular (GDECO/ETNOPO-Unimontes), o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG) e o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC-UFVJM), que tem realizado importantes trabalhos dentro do campo dos conflitos ambientais em comunidades tradicionais na região.

Cientes de que toda produção de conhecimento é delineada por um emaranhado de relações sociais na perspectiva de poucos atores, ou seja, possui posicionamento específico, estes pesquisadores têm se dedicado em considerar e interpretar relações de poder. Compreender a prática científica sob o prisma dos fenômenos sociais e políticos é tocar de forma profunda no debate sobre assuntos em voga na sociedade, como as desigualdades sociais, questões de gênero, trabalho e renda, a degradação ambiental e as injustiças sociais como efeitos da apropriação capitalista dos espaços. É transpor os discursos e perceber-se como sujeito na luta por equidade.

¹ Utilizo o conceito de *conflito ambiental territorial* nos moldes de Zhouiri & Laschefski (2010), definido por situações em que existem sobreposições de reivindicações entre atividades geradoras de degradação ambiental e grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial.

Minha trajetória acadêmica iniciou-se e foi desenvolvida nas atividades de pesquisa e extensão com a temática dos conflitos ambientais junto a comunidades tradicionais. Desde a graduação em Ciências Socioambientais, a partir de 2011, tenho relação com este público como bolsista juntamente ao Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano - NESTH/UFMG (2011-2012) e, posteriormente, ao GESTA-UFMG (2013-2018). Em dissertação de mestrado defendida em 2018 no âmbito do Programa de Pós Graduação em Sociedade, Ambiente e Território (UFMG/Unimontes), analiso como a luta do movimento geraizeiro do Vale das Cancelas (Grão Mogol/MG) pelo reconhecimento legal do seu território tradicional se fortalece no processo de enfrentamento à mineração.

Entre 2019-2022 atuei profissionalmente como Secretário Executivo junto ao Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), período pelo qual prestei serviços de assessoria técnica a movimentos sociais, organizações e segmentos representativos de povos e comunidades tradicionais ao longo do bioma cerrado. Ou seja, minha trajetória acadêmica e profissional vem sendo pautada pelo diálogo continuado, possibilitado entre assessorias e experiências de vida com uma rede de contatos partícipes da luta pelo reconhecimento de seus direitos coletivos e territoriais, em um engajamento político-científico outrora preconizado por Velho (1978):

Insiste-se na ideia de que para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia (VELHO, 1978 pgs. 36-37).

Nesse sentido, o presente artigo deriva de discussões e imersões de campo realizadas no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Biodiversidade e Água: Comunidades Tradicionais, Reconversão Territorial e Unidades de Uso Sustentável no Semiárido Mineiro”, executado desde 2023 por integrantes do NIISA-Unimontes². Seu objetivo é analisar técnicas de recomposição da biodiversidade e da oferta de água a partir de sistemas agroalimentares tradicionais no assentamento geraizeiro da Tapera, em Riacho dos Machados, região do Alto Rio Pardo, Norte de Minas Gerais. Os procedimentos metodológicos consistem em revisão bibliográfica mediante os campos disciplinares da Geografia Agrária, da Sociologia Rural, da Antropologia das Territorialidades e da Ecologia Política, além de registros gerados pela observação direta nos contextos socioterritoriais geraizeiros no referido assentamento.

² O NIISA-Unimontes, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS-Unimontes) e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes/CNPq, desenvolve desde 2008 pesquisa, ensino e extensão dedicados à compreensão dos conflitos inerentes às diferentes racionalidades, lógicas e processos de apropriação do território existentes no Norte de Minas..

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o presente artigo, os procedimentos metodológicos utilizados constituíram na pesquisa bibliográfica e na observação direta, sistematizados a seguir:

Pesquisa bibliográfica: a pesquisa bibliográfica foi organizada no formato de uma revisão narrativa interdisciplinar, com o intuito de se estabelecer um marco teórico que dialogue com o objetivo e problemas apresentados.

A 'revisão narrativa' não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. É adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos (USP, s/d).

Observação direta: teve como base a metodologia qualitativa, buscando compreender de uma coletividade através das narrativas oriundas fenomenológicas. Essa metodologia tem como característica principal a distinção dos fenômenos empíricos, buscando identificar a singularidade das experiências humanas situadas em um determinado contexto social, cultural e político. Seu pressuposto é apreender as práticas de um dado grupo inserido em estruturas de caráter coletivo, com o auxílio de abordagens teóricas, com suas hipóteses, objetivos e métodos em interlocução com os atores inscritos.

A concentração do interesse do pesquisador em determinados problemas, a perspectiva em que se coloca para formulá-los, a escolha dos instrumentos de coleta e análise do material não são nunca fortuitos; todo estudioso está sempre engajado nas questões que lhe atraíram a atenção, está sempre engajado, de forma profunda e muitas vezes inconsciente, naquilo que executa (QUEIROZ, 1999:13).

A metodologia qualitativa, em suas atribuições, tem como base a apreensão das situações de interesse, através do estudo em profundidade das ações dos grupos pesquisados. Para tal fim, torna-se necessário um exame dos variados dados coletados, uma vez que neste tipo de metodologia a apreensão deles se dá mediante vários recursos, como entrevistas, observação, anotações de campo, convivência, ou seja, a subjetividade do pesquisador em contato com a realidade social observada (GIL, 2010).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Camponês, agricultor familiar, lavrador, geraizeiro, chapadeiro, geralista, curraleiro, nativo, catrumano, assentado, facetas distintas de um único sujeito social, residente no campo, sindicalizado,

caboclo, ambientalista, guardião da agrobiodiversidade e mestre de técnicas que garantem práticas de agricultura resiliente ao clima, cada vez mais reconhecidas por instituições de fomento e pela cooperação internacional. Cada terminologia empregada possui a capacidade de evocar uma determinada epistemologia, seja ela disciplinada ou advinda do conhecimento popular, endógena ou exógena, ortodoxa ou heterodoxa.

Ou seja, todo o esforço empregado nas discussões acerca da caracterização desses sujeitos sociais deveria também, em tese, buscar superar definições universalizantes, unilaterais e homogêneas com vistas a melhor considerar sua natureza multifacetada, e visando obter maior profundidade analítica. Percebe-se que, dentre tantas possibilidades, a prevalência de três perspectivas distintas. A primeira e a segunda são influenciadas por discussões técnicas das ciências agrárias, ambientais e agrônômicas, enquanto a terceira oriunda da discussão conceitual acerca dos direitos étnicos, numa clara junção entre tradição, direito, antropologia e políticas públicas: *camponeses, agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais*.

Quando se analisa o surgimento, consolidação e institucionalização da etnicidade geraizeira no contexto do Norte de Minas, é possível perceber que grande maioria das comunidades tradicionais geraizeiras possuem origem camponesa com berço na luta pela terra, no sentido estrito do uso da agricultura familiar. Nesse contexto, sujeitos são gestados por processos, acumulando histórias de resistência, trazendo consigo uma longa trajetória de lutas sociais no campo. Diante do exposto, as próximas linhas buscarão trazer à tona a relevância de definições como camponês e agricultor familiar na constituição do geraizeiro, remetendo a uma bibliografia interessada nas dinâmicas agrárias brasileiras relacionadas ao universo rural.

O modo de vida camponês é historicamente caracterizado por elementos orientados a partir da relação entre terra, trabalho e família. Essa conjugação se dá de forma muito diversa, sobretudo pelas necessidades do grupo doméstico, mas também prezando pela autonomia organizativa da coletividade local. O esforço do camponês em aperfeiçoar sua produção é descrita por Mendras (1978) como arte, pelo qual a força de trabalho é orientada pelo valor de uso, e não pelo valor de troca, e a terra não é tratada como capital ou mercadoria geradora de lucro, mas como meio de vida. O autor também identifica cinco traços característicos das sociedades camponesas: a relativa autonomia face a sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos; a sociedade de interconhecimento; o sistema econômico de autarcia relativa; e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a global (MENDRAS, 1978). Por exemplo: é a necessidade de trabalhar para se nutrir que permeia a concepção de família camponesa como força de trabalho familiar que se relaciona com a terra, numa concepção de economia não necessariamente monetária. Numa sociedade de auto-consumo, o que se

exige da terra decorre das necessidades familiares. Woortmann (1990) acrescenta que:

Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar em família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia (WOORTMANN 1990).

As culturas camponesas só poderão ser compreendidas a partir de suas manifestações particulares, das racionalidades que modulam esses processos e das práticas de apropriação e organização social, cultural, material e produtiva. Remetendo ao contexto geraizeiro, é possível observá-la nas formas de manejo dos recursos naturais existentes para a criação e aperfeiçoamento de sistemas agroalimentares baseados na criação de animais, e coleta/beneficiamento de frutos nativos para complemento alimentar e usos medicinais, nos mesmos moldes do que se convencionou definir Wanderley (1996) como sistema “policultura-pecuária”:

O sistema tradicional de produção camponês, denominado de “policultura-pecuária” e considerado “uma sábia combinação entre diferentes técnicas”, foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal. Com efeito, os estudos sobre as sociedades camponesas tradicionais mostram que a evolução destas pode ser percebida através do esforço de aperfeiçoar esta diversidade, seja pela introdução de novas culturas, até o limite da supressão das áreas de pousio, seja pelo aprofundamento da relação entre as culturas e as atividades pecuárias efetuadas no estabelecimento (WANDERLEY, 1996 pg.3).

Existem autores que abordam o campesinato como ordem moral, como expressão de moralidade, de uma ética campesina, ou ainda, do ponto de vista valorativo e simbólico, partindo do significado subjetivo da terra (DELBOS, 1982; WOORTMAN, 1983; WOORTMAN, 1990). Tais aspectos são fundamentados na ordem valorativa do simbólico para que se alcancem as conexões significativas para esses sujeitos, na construção de uma ética compartilhada. Partindo dessa perspectiva, o modo de vida geraizeiro revela-se como importante aliado na conservação dos gerais e do cerrado, pois formam paisagens produtivas que proporcionam a continuidade dos serviços ambientais prestados pelo bioma, como a manutenção da biodiversidade, dos ciclos hidrológicos e dos estoques de carbono. Quando recebem a alcunha de ‘Guardiões do Cerrado’, trazem consigo a ética campesina de utilização racional dos recursos naturais. São esses valores que orientam as interações e relações de mercado com seu entorno e condicionam suas práticas de subsistência, autonomia produtiva e alimentar, determinando também o valor de uso e incluindo, em sua formulação, aspectos simbólicos, princípios de solidariedade e produção familiar.

Meu objetivo não é tratar o camponês como um pequeno produtor, objeto de uma análise objetiva de sua objetividade, mas tentar uma interpretação subjetiva – pois trata-se da minha perspectiva – de sua subjetividade. Neste plano, por exemplo, o conceito de valor-de-uso ganha outro valor: o de uso enquanto valor (WOORTMAN, 1990 pg. 12).

Diante de uma perspectiva filosófica, o campesinato constitui-se como uma forma moral e ética da *agricultura familiar*. Inversamente, a agricultura familiar é a dimensão técnica do campesinato, de tal forma que também reflete a transição consciente de uma sociedade de interconhecimento para uma sociedade envolvente, se abrindo para transformações e inovações, por um lado, e ao mesmo tempo reagindo, à sua maneira, na tentativa de preservar sua originalidade (WANDERLEY, 1996). Inscrita nesse cenário, a apropriação política do conceito passa a desempenhar papel estratégico no que tange à visibilização e reconhecimento de práticas agrícolas não convencionais, e ações colaborativas capazes de apresentar soluções aos desafios cotidianos do modo de vida camponês. Nesse sentido, compreendido politicamente, tem proporcionado, igualmente, o debate acerca de temáticas concernentes a outras formas de se conceber e aplicar a agricultura, trazendo temáticas como a salvaguarda de sementes crioulas, o patrimônio genético, o uso e o manejo de agroecossistemas e o reconhecimento de sistemas agrícolas tradicionais (SAT's), estratégias não convencionais à soberania alimentar no contexto das mudanças climáticas.

Algumas definições institucionais sobre a *agricultura familiar*: A Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO-ONU) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apontam que a agricultura familiar considera a administração da propriedade rural como atributo familiar em termos de trabalho desempenhado e fatores de produção. Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é um processo que depende do fortalecimento e da valorização de diversos fatores que necessitam ser implementados e articulados. Já a Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA) a define como uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital são controlados única e exclusivamente pela família.

Trazendo para o contexto do Norte de Minas, o conjunto de atributos observados nas definições conceituais de *camponês* e *agricultor familiar* dialogam com os modos de vida de determinados grupos e comunidades portadores de conhecimentos, saberes e práticas cujas especificidades os diferenciam em termos de etnicidade, historicidade, territorialidade, identidade, arranjos produtivos e organização política. É diante desse contexto que se passa a ganhar robustez política a definição de *geraizeiro* como habitantes dos gerais, seus modos de vida e suas formas de incidência política. Os gerais são áreas de planaltos, encostas e vales das regiões de cerrado existentes nos arredores da Serra Geral, do Alto Rio Pardo e do Planalto Sanfranciscano (VIANA, 2017).

Os geraizeiros são grupos sociais portadores de relações específicas com o bioma cerrado, dotando de conhecimentos e formas de organização vinculadas ao ambiente. Possuem lógicas fundiárias orientadas historicamente pela presença de regimes de posse e distribuição familiar, marcadas pela utilização de racionalidades de domínio e uso comum, onde muitas vezes a presença dos direitos costumeiros formaram modos distintos de regulação do acesso e do controle de terras (THOMPSON, 1998).

Geraizeiros, como cultural e contrastivamente assim denominados, são os habitantes dos gerais. Desenvolveram a habilidade de cultivar às margens dos pequenos cursos d'água uma diversidade de culturas como a mandioca, cana, amendoim, feijões diversos, milho e arroz. Além das aves o gado bovino e mesmo o suíno eram criados soltos, até em período muito recente, nas áreas de chapadas, tabuleiros e campinas de uso comum. E são nestas áreas, denominadas genericamente como gerais, que vão buscar o suplemento para garantir a sua subsistência: caça, frutos diversos, plantas medicinais, madeiras para diversos fins, mel silvestre, etc. Os produtos que levam para o mercado – farinha de mandioca, goma, rapadura, aguardente, frutas nativas, plantas medicinais, artesanato – refletem o ambiente, o modo de vida, as possibilidades e potencialidades dos agroecossistemas onde vivem (DAYRELL, 1998 p.74).

Levantamentos já realizados apontam a existência de aproximadamente 290 comunidades tradicionais geraizeiras dispersas ao longo de uma área de 29.900 km², que representam 2.900.000 hectares, abrangendo territórios reivindicados, autodemarcados e/ou regularizados dispersos ao longo dos gerais (CPT, 2014; DAYRELL, 2019 pg.224). Ocorre que, diferentemente do processo de demarcação de terras indígenas e quilombolas, as comunidades tradicionais não foram contempladas com um marco jurídico específico capaz de melhor esclarecer como se daria o processo de reconhecimento, delimitação e regularização dos seus territórios tradicionais. Diante do exposto, desde a década de 1990 os geraizeiros têm acionado mecanismos de reforma agrária em busca da regularização de assentamentos convencionais ou dotados de regimes especiais, tendo tais estratégias surtido efeitos práticos mais eficazes do que a busca pela titulação formal de territórios tradicionalmente ocupados.

Para melhor compreender essas estratégias, é preciso retornar à década de 1970, período pelo qual o Norte de Minas foi alvejado por um modelo de desenvolvimento dirigido por atividades agrícolas, que constituíram uma nova compreensão hegemônica de agricultura de mercado: a Revolução Verde foi um divisor de águas tanto para o meio rural brasileiro quanto para a expansão capitalista global (NAVARRO, 2001). É a partir do convívio expropriatório com as monoculturas de eucalipto nas chapadas, diante de um conflito epistêmico entre o que se convencionava se constituir esses territórios, se eram terras devolutas ou de uso comum, que os geraizeiros passaram a se organizar,

a partir da década de 1990, em coletividades mobilizadas em torno de se fazer valer um projeto maior de *reconversão agroextrativista*, e para isso se valeram de ações estratégicas.

O contexto em que emerge as iniciativas constitutivas dos movimentos geraizeiros possuem relação direta com a historicidade das *insurgências nativas* (DAYRELL, 2019), pelos quais os conflitos por terra na região jamais ocorreram sem a explicitação de resistências pelas populações locais. A força motora das iniciativas são as comunidades locais ou grupos destas comunidades que tomaram frente nos processos de autoreconhecimento identitário e nas lutas pela proteção do lugar onde vivem.

Conceituo como insurgentes nativos, personagens que fazem história se posicionando na defesa das pessoas do lugar, que figuram na memória e no imaginário social das comunidades, que fizeram enfrentamento aos poderes locais, à força policial e às institucionalidades do Estado na luta pelo direito à terra, em particular daquelas que estavam sofrendo processos expropriatórios em diferentes contextos sociais e econômicos (...) Enfim, insurgentes nativos como os indivíduos que saem em defesa de sua etnicidade, em uma luta para a permanência sua ou da coletividade com a qual se identifica e com um lugar de pertencimento, construído como território e ancorado na historicidade de suas gentes no enfrentamento que fazem a organismos do Estado, fazendeiros ou empresas capitalistas contra a expropriação das terras e de seus recursos (DAYRELL, 2019 p.411).

Ao longo desses trinta anos, muitas foram as ameaças, criminalizações, processos judiciais e grilagem de terras, mas também houveram vitórias e territórios retomados, garantindo notórios resgates e adaptações de modos de vida pautadas em modos singulares de plantar, colher e viver. Nos gerais, os assentamentos Tapera (Riacho dos Machados), Americana (Grão Mogol) e Veredas Vivas (Rio Pardo de Minas) são as principais *retomadas* formalmente reconhecidas pelas agências estatais.

Atualmente, os geraizeiros são grupos sociais cujos meios de subsistência e segurança alimentar dependem em grande parte do uso de recursos naturais e atividades produtivas baseadas na terra. Eles têm contribuído para a conservação de seus habitats vivos, mas seus sistemas tradicionais de manejo florestal e de uso da terra, meios de subsistência e sobrevivência cultural, estão cada vez mais ameaçados. Pressões externas e internas estão corroendo sua capacidade de adaptação e aumentando sua vulnerabilidade. A expansão da fronteira agrícola e os impactos adversos das mudanças climáticas têm contribuído para a diminuição da capacidade adaptativa de seus modos de vida. Consequentemente, os benefícios para a conservação ambiental e para a adaptação às mudanças climáticas de seus territórios estão cada vez mais ameaçados.

Sabemos que boa parte dessas comunidades encontra-se ainda na invisibilidade, silenciadas por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e excluídas política e socialmente. Sabemos também que boa parte dos conflitos socioambientais em Minas Gerais resulta da invasão de seus territórios tradicionais e do impacto direto ou indireto sobre tais comunidades (COSTA FILHO, 2010 pg.3).

Espera-se que as mudanças climáticas tenham efeitos nocivos agudos sobre os gerais e o cerrado. Os custos das mudanças climáticas no Brasil até 2050 foram estimados, de acordo com os diferentes cenários previstos pela Revisão Stern e pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), como perdas da ordem de 0,5 a 2,3% do PIB do país. Esses impactos irão: (i) atingir com mais força as áreas mais pobres e menos desenvolvidas do país; (ii) ter um maior efeito no setor agrícola e nas áreas rurais; e (iii) aumentam as desigualdades regionais e têm um grande efeito nos grupos sociais cuja subsistência depende da agricultura de subsistência. Devido à sua vulnerabilidade aguda aos efeitos das mudanças climáticas, o bioma Cerrado enfrentará os maiores custos, com perdas totalizando 4,5 por cento do PIB em 2050 (IPCC, 2021).

Em termos de publicações acadêmicas acerca das comunidades tradicionais geraizeiras no Norte de Minas, existe um vasto quantitativo de estudos publicados desde a década de 1990, que contribuíram, inclusive, para a formulação de um pensamento social sobre os povos e comunidades tradicionais brasileiros (DAYRELL, 1998; D'ANGELIS FILHO, 2005; NOGUEIRA, 2009; BRITO, 2013, dentre outros). Diante de tantos trabalhos já produzidos em relação à descrição do modo de vida geraizeiro e de como são operacionalizadas suas lutas de acesso aos territórios, percebe-se a inexistência de textos que retratem as dinâmicas sociais depois de concretizada a luta territorial. Afinal, como se dão as relações de vida e trabalho entre os assentados nesse contexto? É possível analisar como os geraizeiros estão vivendo após as retomadas?

A luta dos geraizeiros se faz numa teia complexa cujas estratégias são diversas, mas que são lidas enquanto uma coletividade que utiliza métodos semelhantes (NOGUEIRA, 2009). O *locus* dessas ações é variado, mas a luta se dá a partir de estratégias como 'empates', mutirões, retomadas, acampamentos, judicializações e reconversões agroextrativistas. Nesse sentido, os geraizeiros têm produzido e reconquistado territórios, e igualmente vivenciando novos desafios, oportunidades, dilemas e contradições pouco conhecidas ou estudadas. Diante do exposto, a próxima seção do presente artigo apresentará resultados preliminares de pesquisa realizada no âmbito das ações do NIISA-Unimontes no PA Tapera, em Riacho dos Machados, região do Alto Rio Pardo, Norte de Minas Gerais.

4 DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Para melhor compreender o processo de formação do PA Tapera, é importante trazer à discussão alguns elementos históricos. Segundo Bibiano (2009), “a área hoje ocupada pelo assentamento é de aproximadamente 3.800 hectares que, anteriormente, faziam parte dos 20.000 ha da fazenda de propriedade do Sr. Alcebino dos Santos – o ‘Major’ e que fora vendida à SICAFE” (pg.7). O ‘Major’, liderança pecuarista local, pode ser considerado o principal culpado pela expropriação de terras dos camponeses posseiros que já habitavam desde os tempos de outrora nas imediações as quais se tornariam sua propriedade privada, valendo-se da influência local e de manobras jurídicas para a obtenção do direito formal à propriedade.

Desde essa época, viviam na Fazenda Tapera posseiros e agregados. Os agregados tinham vínculo mais constante com a fazenda e com os trabalhos ali realizados, cuidado com o gado e outros animais, além das plantações. Já os posseiros trabalhavam apenas diante de demandas esporádicas, como corte de madeira, construção de aceiros, bateção de pastos e, quando autorizados pelo fazendeiro, cultivavam pequenas roças nas beiras dos córregos da região (MACÊDO, 2009 pg.31).

Neste sentido, em um contexto mais amplo no cenário histórico brasileiro, a fazenda pode ser tomada como um dos principais elementos produtores de êxodo rural (MOURA, 1988). Assim, visto que os processos de expropriação são vastamente trabalhados na literatura do campesinato brasileiro, Moura (1988), sugere também que:

Orientar a análise de modo a etnografar as questões pelo lado do agregado, do sitiante e do posseiro significa admitir que a fazenda será sempre a face complementar, o pólo oposto que perpetua sua dominação através de relações com distintas frações camponesas. A fazenda visa a intensificação do plantio de pasto, à exclusividade da atividade pecuária, à especulação imobiliária, limpando a terra de homens que a ocupam com a roça, a casa e a despesa e assim lhe conferem sentido e substância (MOURA, 1988 pg. 7).

O domínio branco na região se perpetuou também através do sistema de morada e da concessão de terras para realização de plantios na meia – em que o fazendeiro cede um pedaço do terreno e as sementes para o plantio - e na terça – em que o fazendeiro concede apenas o terreno. Com o passar do tempo, essas ocupações se conformaram como pequenas posses no interior da fazenda de gado leiteiro, nucleações camponesas que vieram compor a comunidade geraizeira de Tapera.

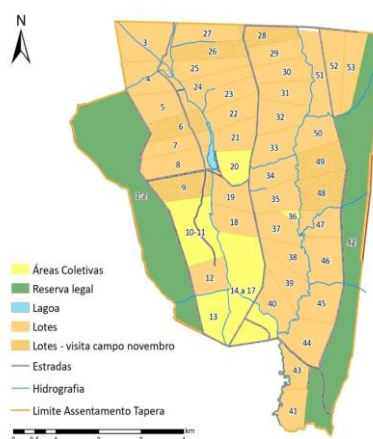
Criada no ano de 1972, a *SICAFE Produtos Siderúrgicos Ltda* é uma empresa dedicada ao cultivo comercial de monoculturas de eucalipto da espécie clone, que veio a compor na região da Serra Geral e do Alto Rio Pardo um mosaico agroindustrial pelo qual as matas de cerrado presentes nas chapadas dos gerais acabaram por sofrer intensos distúrbios quanto aos seus ciclos biogeoquímicos

em nível de plantas, gentes, animais e ecossistemas. Os moradores locais acabaram encurralados em pequenos fragmentos de grotas, enquanto as chapadas, que eram utilizadas como áreas coletivas para a coleta de frutos do cerrado e criação de animais ‘na solta’, acabaram devastadas.

Foi através do trabalho técnico realizado ao longo dos primeiros anos da década de 1990 por articulação intitulada por Brito (2013) como *Rede-movimento social dos geraizeiros* que foram praticadas incidências políticas interessadas por uma retomada propriamente dita. À época do trabalho, a autora apresentou os atores dessa rede em suas variadas esferas. Em nível global, organizações como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Misereor, Pão Para o Mundo e Heks-Eper contribuíram em questões de logística financeira e na visibilização da luta no cenário internacional. Em nível regional, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Articulação Rosalino de Povos Tradicionais, os núcleos de pesquisa da Unimontes, além de agências estatais como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e a Embrapa. Já em nível local, a Rede era articulada com o Movimento Articulado dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Região do Alto Rio Pardo (MASTRO) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's).

A articulação em rede criada em parceria com sindicatos, pastorais sociais, agências de fomento e organizações do terceiro setor possibilitou no primeiro caso de reconhecimento legal da identidade geraizeira no Norte de Minas por intermédio da desapropriação de parcela da Fazenda Tapera por posseiros em Riacho dos Machados. Foi obtida certidão de posse no ano de 1994, tendo os geraizeiros organizado seu território por intermédio de diálogos juntamente aos agentes do INCRA nos moldes de um assentamento convencional (PA), formalizado em 1996 sem, contudo, deixar de considerar no documento legal questões que envolvem sua territorialidade e alteridade, demarcando áreas familiares com Áreas de Uso Comum e Reservas Legais.

Figura 1: Distribuição de lotes do PA Tapera. 2023 (Acervo NIISA-Unimontes).



O processo de delimitação do assentamento de reforma agrária demandou a mediação de duas perspectivas distintas: primeiramente, a perspectiva comunitária, que enxerga o PA como parcela do seu território tradicional em todos os seus signos; e a perspectiva técnico-estatal, representada pelo INCRA, que muitas vezes impõe dificuldades e desafios oriundos de uma concepção padronizada e engessada de planejamento aplicada para seu reconhecimento formal.

Por um lado, o território como espaço de trabalho da família, e o patrimônio no sentido de possibilidade de garantia da sobrevivência familiar. O território como parte constituinte da identidade do grupo, um espaço para a transmissão de saberes tradicionais às gerações futuras, e, simultaneamente, a forma de reprodução social e da subsistência (COSTA FILHO, 2016). Por outro, o planejamento regional, caracterizado por um conjunto de intervenções do poder público nos espaços mediante políticas de desenvolvimento territorial, com o objetivo de manter e reforçar um determinado projeto modernizador que consiga adequar, mediar e padronizar distintos interesses.

Diante deste paradoxo, alguns conceitos, definições instrumentais devem ser salientados para a compreensão das variáveis que envolvem um assentamento. O conceito de *serviços ambientais*, também definido como *serviços ecossistêmicos*, foi delineado por Daily (1997), que os entende como benefício direto e indireto para a população humana advindo das dinâmicas de um dado ecossistema. Esses serviços podem ser classificados em quatro categorias distintas: serviço de fornecimento, que oferece os bens naturais para a população humana; serviços de regulação, que regem clima, pluviosidade, resíduos e disseminação de doenças; serviços culturais, que oferecem beleza e recreação; e serviços de apoio, como a formação do solo, fotossíntese e reciclagem de nutrientes (UNIÃO EUROPEIA, 2009). Neste sentido, uma das finalidades das Reservas Legais seria a manutenção destes serviços ecossistêmicos.

Outro ponto relevante para o entendimento de interposição de lógicas de planejamento é o conceito de *módulo fiscal*, definido pelo INCRA como:

(...) uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada (INCRA, s/d).

As propriedades com menos de 4 (quatro) módulos fiscais obtiveram a flexibilidade de constituir suas Reservas Legais, de encontro ao conceito de propriedade familiar, definido pelo artigo 3º da Lei de Agricultura Familiar, nº 11.326/2006. A justificativa desta distinção seria oferecer um tratamento diferenciando aos agricultores familiares, uma vez que pressupõe-se que suas áreas cultiváveis são menores e apresentam menor competitividade comercial. Porém, os módulos fiscais

variam de extensão de acordo com o município, podendo atingir dimensões incompatíveis aos elementos caracterizadores da agricultura familiar.

Passados praticamente 30 anos da formalização do PA Tapera, dados de georreferenciamento têm indicado grau elevado de recomposição florística de maciços de cerrado anteriormente degradados. O projeto “Biodiversidade e Água: Comunidades Tradicionais, Reconversão Territorial e Unidades de Uso Sustentável no Semiárido Mineiro”, executado desde 2023 pelo NIISA-Unimontes, busca analisar a recomposição da biodiversidade e da oferta de água nessas áreas, considerando a hipótese da prevalência de experiências nativas de resistência e produção agroextrativista geraizeira no contexto das mudanças climáticas.

Utilizamos como estratégia de imersão pré-campo a propositura de reuniões nas sedes das associações comunitárias locais. Este encontro ocorreu em meados de outubro/2023, por onde foi apresentado exemplar físico dos mapas georreferenciados dos assentamentos, e ali, juntamente com os comunitários, elencamos quais experiências que, em seu conjunto, poderiam retratar o contexto vivido como um todo.

Contando com a participação de 19 membros da comunidade, o projeto foi apresentado com o debate dos objetivos da pesquisa, com escuta dos presentes sobre sua importância e indicativos apontados. Foi socializado o levantamento referente às alterações da paisagem tendo como referência os anos de 1990 e, logo em seguida, foi feito um levantamento das principais atividades econômicas em desenvolvimento pelas famílias, sendo identificado diferentes dinâmicas produtivas, bem como a evolução da população presente nos distintos grupos familiares com a identificação de algumas especificidades produtivas.

Para além da pesquisa propriamente dita, o projeto também vislumbrou proporcionar ações de assessoria e incidência política. À época, as principais questões que circunscreviam o PA Tapera dizem respeito à regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) dos assentados e a titulação definitiva dos loteamentos junto ao INCRA.

Em relação ao primeiro ponto, mesmo a associação comunitária local tendo efetivado o registro público do CAR das famílias via portal eletrônico, os comunitários permaneciam impossibilitados de acessar créditos públicos, como por exemplo, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Foi relatado que o cadastro do assentamento foi regularizado e atualizado, contudo, uma sobreposição de pequena propriedade privada junto ao assentamento tem inviabilizado sua efetivação.

Em relação à titulação definitiva dos assentados, seria necessário que se realize uma nova carta de georreferenciamento, pois o mesmo somente descreve o perímetro externo georreferenciado na

matrícula, faltando desse modo o real parcelamento vivenciado nos termos atuais em virtude da necessidade de se melhor compreender como tem ocorrido o “domínio de fato” dos lotes após 30 anos de assentamento.

A ausência de informações geográficas espacialmente localizadas têm dificultado a compreensão de processos de gestão territorial, de regeneração do cerrado e da importância dos sistemas agroalimentares nessas dinâmicas. Nesse sentido, um dos principais motes do Projeto “Biodiversidade e Água: Comunidades Tradicionais, Reconversão Territorial e Unidades de Uso Sustentável no Semiárido Mineiro” é provocar um movimento de democratização do acesso a esses dados, com o intuito de que tanto o poder público quanto a comunidade como um todo possa melhor visualizar espacialmente determinadas territorialidades e estabelecer relações de causa e efeito.

Após a imersão pré-campo acima descrita, avançamos para a segunda fase da pesquisa. Estando como membro do projeto, componho uma equipe interdisciplinar, mas temos recorrentemente utilizado os recursos da etnografia, contando com a experiência de renomados pesquisadores de povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas que possuem profundo conhecimento sobre os gerais. Estivemos novamente no PA Tapera aplicando esses recursos em meados de novembro/2023.

Identifico semelhanças de *modus operandi* àqueles descritos por Comerford *et al* (2015) quando reuniram e analisaram estudos etnográficos em Minas Gerais, apresentados em oficina de trabalho proposta pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ):

(...) várias das etnografias em questão dirigem sua atenção aos modos de *chegar nas casas* e delas sair. Não se chega a uma casa de qualquer maneira, nem se sai dela de qualquer forma. Esses modos de agir são constitutivos da definição de “casa”, assim como o são os trânsitos diversos entre as casas, e também os deslocamentos em seus interiores. Toda esta movimentação costuma ser, portanto, objeto de vigilância, controle, conhecimento, elaboração, reflexão (COMERFORD *et al*, 2015 pg. 16).

Após a imersão inicial supracitada, realizada em meados de outubro de 2023, foram elencadas visitas aos seguintes perfis: 1) famílias que desenvolvem sistemas agroalimentares tradicionais geraizeiros; 2) famílias que desenvolvem atividade pecuária extensiva; 3) famílias que não desenvolvem nenhuma atividade agrícola.

Para o presente artigo, a análise focará especificamente no perfil 1. Nesses casos, percebe-se a prevalência de técnicas de manejo camponês/geraizeiro orientadas por relações específicas, de forma a criar formas de organização produtiva vinculadas ao ambiente. A policultura é praticada por intermédio de um sistema consorciado de roças, pomares, hortas e frutos nativos, enquanto a pecuária prevalece nas áreas de manga para pastagem e no cruzamento do gado ‘pé duro’ com outras

estrangeiras, como o nelore, formando assim a espécie ‘chapadeira’, mais resistente e produtiva.

Figura 2: Bovinocultura geraizeira espécie ‘chapadeira’. 2023 (Acervo NIISA-Unimontes).



As *mangas* constituem-se em áreas destinadas à alimentação bovina, em um regime consorciado que envolve o manejo das áreas sombreadas a partir de podas seletivas, mantendo os tocos no solo para adubação dos brotos, o plantio e manutenção de pastagem nativa, como o *andropogon*. São também utilizadas como áreas de pousio para a formação de roças futuras. Ou seja, a lógica camponesa/geraizeira na sua utilização envolve uma estratégia de preservação do bioma cerrado nas próprias áreas de *manga*, com vistas a preservá-lo.

Figura 3: Cultura de ‘roça no toco’ em área de manga. 2023 (Acervo NIISA-Unimontes).



Atualmente, o Assentamento Tapera conta com 53 lotes demarcados, sendo que 42 deles têm sido ocupados por 76 famílias, totalizando um quantitativo aproximado de 260 habitantes. 08 lotes tornaram-se áreas coletivas e 03 destinados à Reserva Legal.

Nesse sentido, as famílias inseridas no perfil 1, muitas delas compostas por comunitários descendentes dos antigos posseiros da Fazenda Tapera, lançam mão de técnicas tradicionais de manejo pautadas na estratégia de reconversão agroextrativista, com o intuito de regenerar áreas deterioradas pelo plantio indiscriminado de eucalipto pela empresa SICAFE. Essa lógica induz a regeneração do cerrado a partir da implantação de sistemas agroalimentares tradicionais em sistema de policultura-pecuária, pelos quais roça, horta, pomar, reservas e mangas são manejadas de forma a garantir a produção, a coleta, o beneficiamento e a regeneração de cursos d'água.

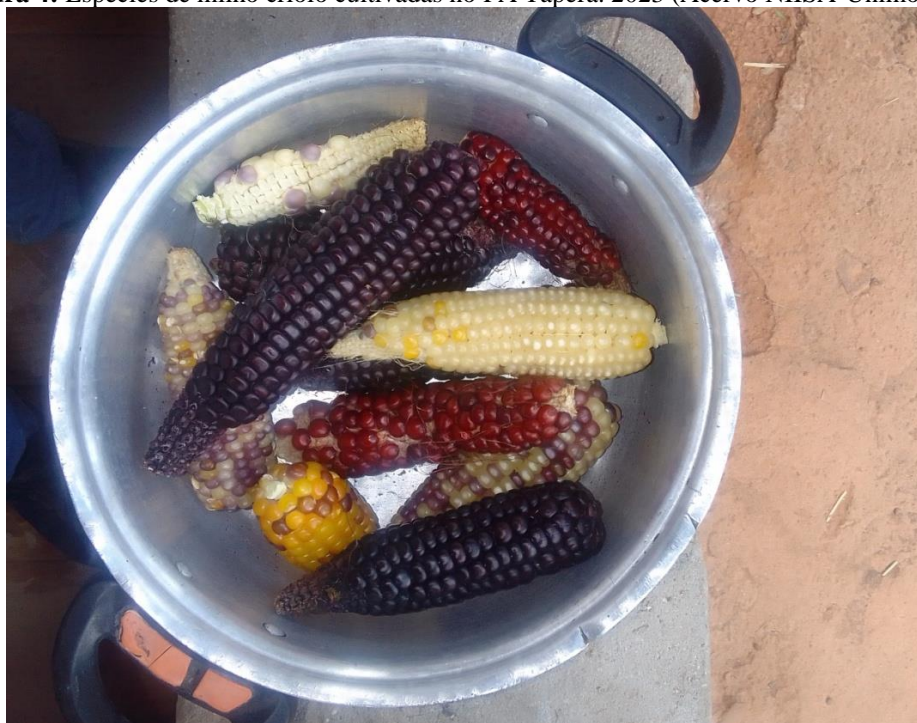
As especificidades observadas nas famílias inscritas no perfil 1 revelam-se eficazes na prática de uma agricultura resiliente ao clima, visto que se adaptam ao contexto atual do semiárido norte-mineiro, e ao mesmo tempo combatem a degradação ambiental. A obtenção de renda a partir do extrativismo é garantida pela associação comunitária, focada na produção de produtos da sociobiodiversidade por intermédio de parceria a Cooperativa Grande Sertão³, situada no município de Montes Claros.

Em 2023, a produção de polpas de alta qualidade traduziu-se como principal fonte de renda no Assentamento Tapera, impulsionada por 17 famílias inscritas no perfil 1. Foram produzidos e comercializados 3.216 quilos, incluindo coquinho azedo, acerola, tamarindo, cajá, maracujá nativo, umbú, cajá e manga ubá. Em termos de roça, foram cultivadas espécies crioulas de milho (BR 106 cultivado, azulado, misto, negro, dentre outros) e feijão (catador, andú, roxinho, curiango, carioquinha penca, figo de galinha), sendo que neste caso algumas famílias especializaram-se na reprodução de sementes, que são replicadas em outros territórios do Norte de Minas, por intermédio da Rede de Guardiões da Agrobiodiversidade⁴. Ainda são produzidos, em pequena escala, queijo, requeijão e doce de leite, que possuem alto potencial medicinal devido ao gado ser criado 'na solta', alimentando-se de frutos nativos, ervas medicinais e capineiras, bem como farinha de goma, rapadura e óleo de pequi. Na parte da criação, ainda há porco, galinha, peru, pavão, bode, cavalo e abelha, para produção e consumo familiar.

³ Criada em 2003, a Cooperativa Grande Sertão agrega 1200 famílias em 300 comunidades de 30 municípios do Norte de Minas, adquirindo e beneficiando produtos da sociobiodiversidade do cerrado.

⁴ A Rede Norte-Mineira Guardiões e Guardiãs da Agrobiodiversidade foi constituída como desdobramento de trabalhos realizados na década de 1990 pelo CAA-NM de resgate, avaliação, seleção e armazenamento de variedades de sementes crioulas no Norte de Minas, sendo composta por famílias de agricultores e assentados de reforma agrária que se afirmam enquanto povos e comunidades tradicionais. Luta pelo reconhecimento da importância dos SAT's na manutenção de amplo estoque genético de espécies e variedades por eles manejadas em constante coevolução com o contexto ambiental e climático em rápidas transformações (DAKI, 2021).

Figura 4: Espécies de milho crioulo cultivadas no PA Tapera. 2023 (Acervo NIISA-Unimontes).



Também foi observado dois exemplos exitosos de captação da água de chuva a partir da regeneração das áreas de chapada e escoamento via sulcos para barramentos, garantindo disponibilidade hídrica durante todo o ano. São essas famílias, integrantes do perfil 1, que mostraram os maiores índices de produção em roça e de regeneração do cerrado a partir da criação de reservas em seus lotes. É nessa conjunção entre práticas tradicionais e agricultura familiar diante de um contexto social específico que tem sido executadas as práticas de agricultura resiliente ao clima.

Figura 5: Tanque perene de captação de água de chuva. 2023 (Acervo NIISA-Unimontes).



5 CONCLUSÕES

Espera-se que as mudanças climáticas tenham efeitos nocivos agudos sobre o cerrado e os gerais. As previsões mais severas para mudança de temperatura indicam que a maior parte do cerrado experimentará um aumento de cerca de 4 graus (IPCC, 2021).

Os povos e comunidades tradicionais são grupos sociais vulneráveis, cujos meios de subsistência e segurança alimentar dependem em grande parte do uso de recursos naturais e atividades produtivas baseadas na terra. Eles têm contribuído para a conservação de seus habitats vivos - uma área que abrange cerca de 15% do bioma cerrado, mas seus sistemas tradicionais de manejo florestal e de uso da terra, meios de subsistência e sobrevivência cultural estão cada vez mais ameaçados.

Consequentemente, também são impactados os benefícios globais para a conservação ambiental e para a adaptação às mudanças climáticas, incluindo sumidouros de carbono, que seus territórios costumam fornecer. Ultimamente, esses impulsionadores da vulnerabilidade social e econômica foram ainda mais intensificados pelos efeitos adversos da Covid-19 e as consequências econômicas geradas pelo necessário distanciamento social como resposta à pandemia.

Para continuar a fornecer os benefícios ambientais e climáticos globais que usam para desenvolver a resiliência necessária para lidar com os impactos adversos das mudanças climáticas e outras ameaças feitas pelo homem, eles precisam - no curto e médio prazo - de uma maior compreensão sobre a mudança climática e apoio com o objetivo de promover a gestão sustentável dos recursos naturais e meios de subsistência inteligentes para o clima que contribuam para garantir sua segurança alimentar, subsistência tradicional e desenvolvimento social.

O município de Riacho dos Machados, onde está localizado o PA Tapera, é um grande berço de camponeses, agricultores familiares e comunidades tradicionais geraizeiros. Diante de um contexto de influência das mudanças climáticas no aumento da fome e do conflito pela água, há uma notória pressão nos seus modos de vida, e a pobreza e a insegurança alimentar surgem como consequência.

Das 76 famílias residentes no assentamento, 17 ainda cultivam sistemas agroalimentares tradicionais, percentual baixo em relação ao todo, mas que tem garantido efeitos práticos de regeneração do cerrado, das suas águas e demonstrado alternativas de agricultura resiliente ao clima. Estes sistemas estão assentados na convivência com os ecossistemas locais e possuem uma maior capacidade de se manter frente às alterações em andamento, podendo apontar práticas de manejo mais adequadas ao contexto atual, que minimizem as perdas pelas acentuadas irregularidades climáticas em curso. Nesse sentido, torna-se urgente tecer estratégias e políticas públicas que garantam o reconhecimento e manutenção dessas práticas, bem como realizar estudos e assessorias técnicas mais densificadas para compreender os motivos pelos quais poucas famílias têm reproduzido o modo de

vida tradicional geraizeiro no PA Tapera.

REFERÊNCIAS

BIBIANO, Maria das Graças Martins. *Há Terras para Plantar neste Verão? O Assentamento Tapera e a reprodução do espaço (e da vida) na luta pela terra*. 2009. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BRITO, Isabel Barbosa de. *Ecologismo dos Gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais*. 2013. 269 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

COMERFORD, John; DAINESE, Grazielle; CARNEIRO, Ana. Giros etnográficos em Minas Gerais: conflito, casa, comida, prosa, festa, política e o diabo. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle. (Orgs.). *Giros etnográficos em Minas Gerais: conflito, casa, comida, prosa, festa, política e o diabo*. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015. p. 9-20.

COSTA FILHO, Aderval. *Quilombos e Povos Tradicionais*. Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

Disponível em: conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-COSTA_FILHO_Aderval_Quilombos_e_Povos_Tradicionais.pdf. Acesso em 28/07/2024.

COSTA FILHO, Aderval. Povos e comunidades tradicionais: por um outro desenvolvimento. In: PAULA, Andrea Narciso Rocha de; ANAYA, Felisa Cançado; IDE, Maria Helena Souza; BARBOSA, Rômulo Soares. (Orgs.). *Povos e comunidades tradicionais: contribuições para outro desenvolvimento*. Editora Unimontes, Montes Claros, 2016. p.191-202

CPT. *Povos tradicionais resistem à grilagem e violação de direitos no Norte de Minas*. Portal eletrônico da Comissão Pastoral da Terra. 2014. Disponível em: cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/2360-povos-tradicionais-resistem-a-grilagem-e-violacao-de-direitosno-norte-de-minas. Acesso em: 10/04/2024.

D'ANGELIS FILHO, João Silveira. *Políticas locais para o “des-envolvimento” no Norte de Minas: uma análise das articulações local & supralocal*. 2005. 128 f. Dissertação (Mestrado Profissional de Gestão em Desenvolvimento Rural e Agricultura Sustentável). Universidad Catolica de Temuco, Temuco (Chile), 2005.

DAILY, Gretchen. *Nature's services: societal dependence on natural ecosystem*. Island Press, Washington, DC. 1997.

DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros Y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la Agroecología e la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. 1998. 182 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Sede Ibero Americana de La Rábida. Universidade Internacional de Andalucia, Huelva (Espanha), 1998.

DAYRELL, Carlos Alberto. *De nativos e de caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar*. 2019. 456 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019.

DAKI. *Rede de Guardiões e Guardiãs da Agrobiodiversidade do Norte de Minas: resgate e manutenção de recursos genéticos tradicionais*. Coleção de Experiências DAKI – Semiárido Vivo. Caderno de Casos Semiárido Brasileiro. 2022. Disponível em: bibliotecasemiarios.ufv.br/bitstream/123456789/304/1/Texto%20completo%20pt.pdf. Acesso em: 22/07/2024.

DELBOS, Geneviève. Leaving agriculture; remaining peasant. *Man*, Vol. 17, nº 4: 747- 765. 1982
GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Editora Atlas, 2010.

INCRA. s/d. Disponível em: incra.gov.br. Acesso em: 29/07/2024.

IPCC. Resumo para formuladores de políticas. In: *Mudanças Climáticas 2021: A Base da Ciência Física*. Contribuição do Grupo de Trabalho I para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. 2021.

MACÊDO, Magda Martins. *Escola Rural Geraizeira: os Geraizeiros da Tapera e sua luta por uma Educação do Campo no Norte de Minas*. 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1ª ed. 1978.

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

NOGUEIRA, Mônica Celeida. *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. 2009. 233 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha das técnicas algumas reflexões. In: LANG, Alice Beatriz (Org). *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. 2ed. Textos Série 2, n.3, São Paulo, 1999. p.13-24.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

UNIÃO EUROPÉIA. *Bens e serviços ecossistêmicos*. 2009. Disponível em: ec.europa.eu/environment/pubs/pdf/factsheets/Ecosystems%20goods%20and%20Services/Ecosystem_PT.pdf. Acesso em: 20/07/2024.

USP. *Revisão de Literatura*. s/d. Disponível em: ip.usp.br/site/biblioteca/revisão-de-literatura. Acesso em: 15/07/2024.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1978.

VIANA, Elis Medrado. *Juventudes do campo: a construção de sujeitos sociopolíticos e a afirmação de direitos*. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de

Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais/ Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *XX Encontro Anual da ANPOCS*. GT 17. Processos Sociais Agrários, Caxambu, MG. 1996.

WOORTMANN, Ellen. O sítio camponês. *Anuário Antropológico*, Brasília/Rio de Janeiro, v.81, Ed.Unb/ Tempo Brasileiro. 1983.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Brasília/Rio de Janeiro, v.87, Ed.Unb/ Tempo Brasileiro. 1983.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (Orgs). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.